



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

**EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO**  
**PROJETO DE LEI Nº 3.434, DE 2015**

Altera o art. 175 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer condições e restrições à adoção de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como instrumento conciliatório nos casos de infração à legislação e às demais normas aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações.

**EMENDA Nº 1/16**

Art. 1º. O art. 175 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

*“Art. 175. Nenhuma sanção será aplicada sem a oportunidade de prévia e ampla defesa e sem que seja oferecida à prestadora a oportunidade de reparar a conduta considerada irregular, nos termos do regulamento.*

*§ 1º .....*

*§ 2º O compromisso de ajustar conduta irregular poderá ser proposto, a qualquer tempo, pela prestadora.*

*§ 3º Não serão imputados compromissos adicionais à prestadora que se propuser a firmar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) antes da decisão de primeira instância nos processos administrativos instaurados para apuração da conduta irregular.*

*§ 4º (suprimido)*

*§ 5º Não será admissível a adoção de TAC em quaisquer das seguintes situações:*

*I – se a infração for punível com a **sanção prevista no inciso V** do art. 173;*

*II – se a proposta apresentada possuir o mesmo objeto e abrangência de TAC vigente;*

*III – se a prestadora reincidir no descumprimento de TAC;*

*IV – se a prestadora houver comprovadamente agido de má-fé ao cometer a infração ou durante o respectivo processo de apuração;*

*V – se a irregularidade apurada for referente a serviço de interesse restrito.*

*§ 6º A vedação a que se refere o inciso III do § 5º vigorará por 4 (quatro) anos, contados da data em que a prestadora for declarada reincidente no descumprimento de TAC.*

*§ 7º Serão arquivados os processos administrativos cujos objetos tiverem sido abrangidos por TAC devidamente firmado.” (NR*

Sala da Comissão, em 13 de setembro de 2016.

Deputado ALEXANDRE LEITE  
Presidente